

Curricularização da Extensão Universitária: case de sucesso no CST em Gestão de Turismo – IFSC/SC

*Curricularization of University Extension: success
case in the Technology course in Tourism
Management - IFSC/SC*



Fabiana Calçada De Lamare Leite¹, Risolette Maria Hellmann²

RESUMO

Este estudo objetiva compartilhar a experiência positiva da práxis extensionista e a configuração dessa curricularização da extensão no CST de Gestão de Turismo do Instituto Federal de Santa Catarina / IFSC - o qual formou a primeira turma 100% curricularizada de toda a instituição - no intuito de contribuir para a reflexão sobre a importância da extensão na formação universitária, determinada pelo Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024), meta 12.7. A partir da pesquisa documental, bibliográfica e da experiência das autoras com a implementação dessa curricularização, conclui-se que a formação em extensão desenvolvida na Unidade Curricular da 2ª fase despertou o interesse dos estudantes, os quais se empenharam na prática desenvolvida, tanto nas unidades curriculares, quanto nas diversas possibilidades de se envolver de forma espontânea e eficiente em projetos que abordem temáticas com as quais eles se identificaram. Essas atividades, desenvolvidas em consonância com as diretrizes estabelecidas pela legislação, promoveram a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, assim como possibilitou a produção de conhecimentos por meio da troca de saberes entre discentes, servidores e comunidade externa.

Palavras-chave: Extensão universitária. Curricularização. Gestão de Turismo IFSC

ABSTRACT

This study aims to share the positive experience of extension praxis and the configuration of this extension curricularization in the Technology Course in Tourism Management of the Federal Institute of Santa Catarina / IFSC - which formed the first 100% curricularized class of the entire institution - in order to contribute for reflection on the importance of extension in university education, determined by the National Education Plan (PNE, 2014-2024), goal 12.7. From the documentary and bibliographic research and the authors' experience with the implementation of this curriculum, it is concluded that the extension training developed in the Curricular Unit of the 2nd phase aroused the interest of the students, who were committed to the practice developed, both in the units curricular activities, as well as in the different possibilities of getting involved spontaneously and efficiently in projects that address themes with which they identified. These activities, developed in accordance with the guidelines established by the legislation, promoted the inseparability between teaching, research and extension, as well as enabling the production of knowledge through the exchange of knowledge between students, employees and the external community.

Keywords: University Extension. Curricularization. Tourism Management IFSC

¹ Doutora em Geografia. Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: fabianac@ifsc.edu.br. Orcid <https://orcid.org/0000-0002-1173-7978>

² Doutora em Literatura. Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: risolette.hellmann@ifsc.edu.br. Orcid <https://orcid.org/0000-0001-9426-1444>

1 INTRODUÇÃO

Entre as funções das Instituições de Ensino Superior (IES), a extensão é a mais recentemente legalizada no Brasil. Enquanto sempre houve clareza sobre as funções ensino e pesquisa, as atividades de extensão trilharam caminhos tortuosos até surgirem reflexões e debates, já no final do século XX, sobre seu potencial social e dialógico entre IES e comunidade externa.

Contemporaneamente, no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), conforme o artº 2º da Resolução CONSUP nº40/2016, a extensão é considerada um processo educativo, cultural, científico e tecnológico, que está articulada de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, assim como viabiliza a interação dialógica entre o IFSC e a sociedade.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do IFSC, ofertado no Campus Florianópolis-Continente desde 2018, já prevê a extensão universitária no Projeto Pedagógico de Curso como Unidades Curriculares. A partir de 2020, com a conclusão de curso da primeira turma, vem-se concretizando a curricularização das atividades de extensão nesse curso superior, atendendo não apenas às exigências legais, mas também possibilitando a produção de conhecimentos por meio da troca de saberes entre discentes, servidores e comunidade externa.

Assim, este artigo objetiva compartilhar a experiência positiva das práticas extensionistas e a configuração dessa curricularização da extensão no CST de Gestão de Turismo do IFSC, no intuito de contribuir para a reflexão sobre distintas formas de sua materialização, bem como sobre a importância da extensão na formação universitária.

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, seguindo o método bibliográfico e documental. Na pesquisa documental, foram identificados relatórios do Ministério da Educação Superior, documentos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, o Decreto nº 6.495, de 30 de junho de 2008, que instituiu o Programa de Extensão Universitária, o Plano Nacional de Educação - PNE, e demais documentos importantes para a implementação da curricularização da Extensão Universitária no país. Na pesquisa bibliográfica, são base dessa discussão autores como Nogueira (2000); Koglin e Koglin (2019); Santos (2010); Juliane (2019, entre outros).

Em um primeiro momento, fez-se um resgate histórico da extensão universitária no Brasil, até chegar-se aos documentos que implementam a curricularização da extensão. Em seguida, buscou-se sinalizar as normativas do IFSC para esse processo. E, posteriormente, refletindo sobre caminhos possíveis de curricularização, descreve-se a experiência implementada no CST em Gestão de Turismo - Câmpus Florianópolis-Continente do IFSC, realizada pelas autoras deste estudo entre 2018 e 2021. Para análise, foram considerados aspectos legais e organizacionais da oferta das unidades curriculares no Projeto Pedagógico do curso e do envolvimento dos estudantes em projetos de extensão devidamente cadastrados na instituição.

2 EMBASAMENTOS LEGAIS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SUA CONFIGURAÇÃO NO IFSC

Historicamente, atividades extensionistas no ensino superior brasileiro são anteriores a sua legalização e remontam ao início do século XX. Tanto na Europa, quanto na América do Norte essas atividades foram iniciadas na segunda metade do século XIX,

as quais influenciaram essas primeiras atividades em universidades brasileiras. Em 1911, na antiga Universidade de São Paulo, foram oferecidos cursos e conferências à comunidade externa excluída dos bancos universitários, seguindo um modelo de prestação de serviços da Inglaterra. Já na década de 1920, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa - MG dá início à prestação de serviços de orientação aos agricultores locais a partir de pesquisas realizadas na formação acadêmica, seguindo o modelo dos Estados Unidos (SANTOS, 2010).

Nas palavras de Koglin e Koglin (2019, p.73), “o século XIX foi marcado por mudanças sociais, e as universidades começaram a refletir sobre como ampliar sua atuação com a prestação de serviços, de forma a responder às demandas da sociedade”. Porém, a legalização e a institucionalização da extensão universitária no Brasil foram lentas e nem sempre os documentos permitiram a compreensão sobre o conceito e a própria práxis da extensão por parte dos atores sociais que formam as Instituições de Ensino Superior. Consequentemente, cada instituição praticou extensão como entendia ao longo do século XX, resultando em atividades com caráter assistencialista e paternalista, criticadas posteriormente.

Contudo, alguns documentos e a criação de instituições foram proporcionando, gradativamente, o reconhecimento legal das atividades realizadas em diversas IES. Um dos primeiros documentos a fazer referência à extensão na modalidade de cursos, conferências entre outras atividades educativas, que atendiam interesses da comunidade do entorno de cada universidade, foi o Decreto n. 19.851, de 11/04/1931 da Constituição Federal.

Durante as décadas de 1940 e 1950 pouco se debateu a questão e somente com a instalação da ditadura militar, na década de 1960, algumas iniciativas, resultantes da reforma de base na educação, dão aos universitários brasileiros experiências fora das salas de aula e oportunidade de contribuir na melhoria das condições de vida de pessoas em comunidades rurais. Em 1966, foi criado o Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) e em 1967, foi criado o Projeto Rondon. Apesar de subordinadas à Política de Segurança Nacional, as atividades extracurriculares desenvolvidas nesses projetos, durante a década de 1970, propiciou o fortalecimento de movimentos sociais, visto o engajamento popular e comunitário. Fato que contribuiu nos movimentos de redemocratização no país na década seguinte.

Ainda na década de 1960, iniciam as discussões sobre funções e práxis universitárias, incorporando políticas que contemplassem o tripé ensino-pesquisa-extensão. Essas discussões começaram a ter uma base legal com a Promulgação da Lei Básica da Reforma Universitária (Lei n. 5.540/1968), a qual instituiu legalmente a Extensão, como se lê no artigo 20:

[...] as universidades e as instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes” (BRASIL, 1968)

Lendo os termos dessa institucionalização, fica evidente a concepção de que a universidade - ou seja, os docentes e discentes - é detentora do saber adquirido por meio da pesquisa e do ensino e devem levar esse conhecimento às comunidades locais para proporcionar seu desenvolvimento e melhoria de vida.

As instituições de ensino superior: a) por meio de suas atividades de extensão proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento; [...] (BRASIL, 1968)

Já na década de 1970, com o intuito de propor medidas para institucionalizar e fortalecer a Extensão Universitária, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Ministério do Interior criaram a Comissão Mista CRUTAC/MEC – Campus Avançado/MINTER, a qual criou a Coordenação das Atividades de Extensão (CODAE) em 1974. A CODAE, por sua vez, estabelece um Plano de Trabalho de Extensão Universitária, o qual, construído sob influência de Paulo Freire, já vislumbrava as atividades de extensão como troca de saberes entre a academia e o saber popular. Assim, o avanço consiste no reconhecimento das pessoas que estão fora da universidade como sujeitos, e não objetos, da ação extensionista (FORPROEX, 2012, p.12).

Somente a partir do final dos anos 1970 e durante a década de 1980, com a instauração de processos de redemocratização e reconstrução das instituições políticas e sociais no Brasil, foi reelaborada a concepção de Universidade Pública e foram redefinidas as práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão. Na medida em que as ações extensionistas passaram a ser articuladas aos movimentos sociais, a visão assistencialista e paternalista começa a ser questionada. Nas palavras de Santos (2010, p. 12):

[...] nos anos 80, apesar de conviver ainda com a crise de identidade, principalmente sob o estigma do assistencialismo, a extensão passou a ser objeto de estudos e debates que anunciavam sua participação definitiva como prática acadêmica necessária à formação (complementar) de docentes e discentes e indissociada do ensino e da pesquisa.

Entre todos os debates, os mais efetivos têm início, em novembro de 1987, com a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX, 1987), atualmente Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras.

De acordo com Nogueira (2000), no 1º FORPROEX (1987), realizado na Universidade de Brasília, com a participação de representantes de 33 universidades públicas, buscou-se definir a extensão com o intuito de esclarecer o conceito aos atores envolvidos nas ações e institucionalizar essa prática, reduzindo a distância entre atividades acadêmicas e interesses concretos da população. Assim,

a extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. [...] é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/ acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX, 1987)

No mesmo período em que o FORPROEX discutia a função social de ajudar a transformar a sociedade, assim como definia o próprio conceito de Extensão, aconteciam as discussões em torno da elaboração de Constituição Federal, aprovada em 1988, a qual determina, a “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” BRASIL, 1988, art. 207) e, dispondo às universidades autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, estabelece que “as atividades universitárias de pesquisa

e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público” (BRASIL, 1988, art. 213, §2ª).

Conforme destaca Reis e Sarti (2022), para que a extensão universitária fosse institucionalizada de forma concisa, foram considerados no Fórum de 1987, três grupos de medidas e procedimentos indispensáveis: medidas e procedimentos de ordem metodológica; medidas referentes à estrutura universitária; e medidas para valorização da extensão regional e nacional.

A partir do mandato constitucional de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases (Lei Federal nº 9.394/96), além de estabelecer a Extensão Universitária, aberta à participação da população, como uma das finalidades da Universidade, institui a possibilidade de apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo (BRASIL, 1996, art. 43).

Assim, todos esses documentos começaram a conceber ensino, pesquisa e extensão como equivalentes em importância na formação acadêmica, sendo merecedoras de igualdade de tratamento, contrariando a posição inferior historicamente ocupada pela extensão, seja pelo desconhecimento de sua importância ou de métodos eficientes por parte dos atores sociais, seja pela falta de investimento financeiro por parte da gestão.

Uma vez estabelecidos os conceitos de Extensão, bem como os métodos de sua institucionalização no I FORPROEX, no encontro seguinte, foi elaborado e aprovado o Plano Nacional de Extensão (1998), o qual estabelece:

- 1) a possibilidade de dar unidade nacional aos programas temáticos que já se desenvolvem em diferentes universidades brasileiras;
- 2) a garantia de recursos financeiros destinados à execução de Políticas Públicas correlatas [...];
- 3) o reconhecimento, pelo Poder Público, de que a Extensão Universitária não se coloca apenas como uma atividade acadêmica, mas como uma concepção de Universidade Cidadã;
- 4) a viabilidade de interferir na solução dos grandes problemas sociais existentes no País. (Plano Nacional de Extensão Universitária, 1998, apud NOGUEIRA, 2005, p. 92).

Na década de 2000, todos os documentos produzidos pela FORPROEX regulamentavam as ações extensionistas e contribuíram na superação da concepção equivocada de extensão como simples assistência, consultoria, assessoria ou disseminação de conhecimento acadêmico à comunidade externa.

A Extensão, além de já ter adquirido uma densidade institucional com a Constituição Federal (1988) e outras leis federais, passou a ser um instrumento para promover a democratização do saber acadêmico, que resulta da troca de conhecimentos com a comunidade externa.

Em 2001, foi aprovado o Plano Nacional de Educação, para o decênio 2001-2010, o qual estabelece a responsabilidade das Universidades nas suas funções de Ensino, Pesquisa e Extensão, na formação inicial e continuada dos profissionais da educação básica, assim como institui que, “no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos estudantes em ações extensionistas” (BRASIL, 2014).

Essa garantia para a extensão foi mantida como meta no Plano Nacional de Educação do decênio 2014-2024: “[...] assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2014).

Contudo, Juliane (2019, p.310) lembra que, nacionalmente, estudos e debates sobre extensão, realizados em congressos, revistas, fóruns, ainda são incipientes e ainda

há necessidade de formação da comunidade acadêmica, devido à "fragilidade do entendimento da extensão".

Gradativamente, isso vem acontecendo nos Institutos Federais desde 2008, quando a extensão foi formalizada por meio da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a qual instituiu os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. No Art. 6º, que determina finalidades e características dos Institutos Federais, a extensão continua contemplada no § VII "desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica" (BRASIL, 2008).

Nesse processo, o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) tem investido no avanço do marco conceitual e das diretrizes da extensão, que estão sendo construídas de modo coletivo. Conforme a Resolução CONSUP n. 61/2016, construída em consonância com a FORPROEX 2012 entre outras leis, "a extensão é entendida como um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre o IFSC e a sociedade de forma indissociável ao ensino e à pesquisa. " As ações de extensão podem ser efetivadas por meio de programas, projetos, cursos, eventos e/ou produtos.

Além disso, desde a publicação da Resolução CNE 07/2018 – Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira - está se discutindo e trabalhando a curricularização da extensão no IFSC. Com base nessas regulamentações, a curricularização da extensão no IFSC deve se guiar pelas seguintes diretrizes:

- 1) Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade;
- 2) Interação Dialógica;
- 3) Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão;
- 4) Impacto e transformação social;
- 5) Impacto na Formação do Estudante.

Com essa configuração, a extensão universitária, reconhecida e institucionalizada legalmente por diversas leis federais e outros documentos, tornou-se uma forma de aprofundar a relação entre IES e sociedade; de produzir conhecimento de forma democrática; de reconhecer o saber dos atores não-universitários e, assim, contribuir na superação da desigualdade e da exclusão social. Contudo, mesmo diante da regulamentação, concorda-se com Reis e Sarti (2022), que a presença da extensão universitária nos cursos de graduação tem sido um desafio atual para as universidades.

Vários formatos de curricularização têm sido implantados no IFSC nos últimos anos, entre eles a extensão desenvolvida no CST em Gestão de Turismo, do Campus Florianópolis-Continente, a ser descrita a seguir.

3 EXTENSÃO NO CST EM GESTÃO DE TURISMO

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um elemento estruturante do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do Instituto Federal que remete à concepção e à identidade da instituição. É um processo de produção do conhecimento por meio de ação investigativa que possa intervir na realidade da sociedade na qual a instituição encontra-se inserida. Nesse contexto, o CST em Gestão de Turismo está em consonância com essa concepção explícita com a curricularização da extensão em seu PPC.

A articulação do ensino com a pesquisa e a extensão, no Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo se dá, em especial, por meio de trabalhos inter e multidisciplinares que possibilitem a integração dos componentes curriculares do curso, pois envolvem a participação do corpo docente, discente e da comunidade externa por

meio de programas, projetos, cursos, eventos ou produtos, os quais visam promover a transformação social no entorno do campus do IFSC.

Essas atividades realizadas são relacionadas à pesquisa, à extensão e ao ensino, já que possibilitam desenvolver a integração entre a teoria e a prática por meio da organização e/ou participação em eventos ou na elaboração de produtos que envolvam o curso e a comunidade externa, ou ainda pelo desenvolvimento de trabalhos de pesquisas orientadas pelos docentes do curso.

A Organização didática do Campus Contínente (OD) regulamenta o desenvolvimento do processo educacional, porém deve ser consultado somente nos pontos em que o Regulamento Didático Pedagógico (RDP-IFSC) não contempla a questão. Conforme mencionado, o CST em Gestão de Turismo contempla a política de curricularização da extensão em seu PPC desde sua implantação, e está em consonância com o artº 2º da Resolução CONSUP nº40/2016, já mencionado.

A fim de atender a meta 12 do Plano Nacional de Educação de 2014, de assegurar no mínimo 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, conforme prevê a Resolução CONSUP Nº 40, de 29 de agosto de 2016 e em cumprimento da Resolução CNE Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo tomou como base para o cálculo 1800h (carga horária total do curso). Dessa forma, a extensão está distribuída em 2 componentes curriculares, Atividades de Extensão I, na segunda fase, com 60h e Atividades de Extensão II, na sexta fase, com 120h, compreendendo um total de 180h em atividades de extensão.

No componente curricular Atividades de Extensão I, os discentes devem cumprir as atividades e desenvolver as habilidades previstas no plano de ensino. As atividades práticas envolvendo os discentes matriculados e a comunidade externa, previstas neste plano de ensino, serão registradas na Pro Reitoria de Extensão/IFSC pelo docente do componente curricular e coordenadas por ele durante este semestre letivo.

Já no Componente Curricular Atividades de Extensão II, conforme prevê o Art. 6º, da Resolução CONSUP nº40/2016, poderão requerer aprovação, junto à Coordenação do Curso, os discentes que atuarem em atividades de extensão relacionados à gestão do turismo, aprovadas pelo IFSC e orientadas por servidores, que somarem carga horária igual ou superior a 120h. Essas atividades de extensão podem ser realizadas a partir do semestre letivo em que o discente estiver matriculado no componente curricular Atividades de Extensão I. Contudo, o requerimento deve ser realizado quando o discente se matricular no componente curricular Atividades de Extensão II. Anexo ao requerimento, o discente deverá apresentar o relatório da(s) atividade(s) de extensão, elaborado por ele, comprovando a carga horária de atuação com documentos. O relatório e os documentos de vínculo do discente às atividades de extensão devem ser gerados pelo sistema acadêmico do IFSC, ou serem assinados pelo Coordenador do Projeto e o orientador do discente na atividade. Os discentes que não tiverem alcançado os requisitos citados para requerer aprovação, deverão planejar e desenvolver as atividades de extensão coordenadas pelo docente responsável pelo componente curricular Atividades de Extensão II.

Conforme Negrini *et al.* (2021, p. 53) um ponto a ser destacado na extensão universitária “é a prática das atividades que permite desenvolver as habilidades no âmbito acadêmico e, por meio da extensão, consegue-se descobrir quais são as suas aptidões durante a execução da ação, enfatizando desafios que o mercado de trabalho oferece”.

Assim, a partir da realização de atividades extensionistas orientadas pelo corpo docente e/ou servidores, os discentes têm a oportunidade de exercitar os conhecimentos

e as habilidades apreendidas nos componentes curriculares, assim como a possibilidade de vivenciar as experiências singulares no decorrer do processo de formação, tornando-os mais aptos para o enfrentamento da vida profissional.

4 A PRÁXIS EXTENSIONISTA NO CST EM GESTÃO DO TURISMO

As práticas extensionistas resultaram em atividades formativas, eventos, produtos e divulgação do CST em Gestão de Turismo, entre outros aspectos positivos para os discentes, para a comunidade, assim como para os servidores do IFSC.

4.1 Atividades desenvolvidas nas Unidades Curriculares

A Unidade Curricular Atividades de Extensão 1, ministrada na fase 2, para a turma que ingressou em 2018, ocorreu em duas etapas de forma experimental. A primeira etapa foi por meio de formação teórica em Extensão, com a leitura de artigos sobre extensão, exposições orais, debates, palestras com convidados externos, convidados da Pró-Reitoria de Extensão do IFSC, além do relato de experiências de professores extensionistas do campus que desenvolveram extensão na área do turismo. Já na segunda etapa, dentro da mesma unidade curricular, ocorreram atividades de produção de projetos de extensão em grupos de discentes, buscando demandas da comunidade, no município de Florianópolis, refletindo sobre a prática extensionista em seminários. Por ser uma unidade curricular, constante na matriz para oferta na segunda fase do curso, o número de estudantes matriculados foi a cima de 30.

Apesar de a UC na segunda fase não proporcionar a prática propriamente dita, essa turma de egressos de 2018, concluiu a curricularização da extensão para integralização do currículo do curso, sem precisar cursar a UC Atividades de Extensão 2, na fase 6, pois o interesse pela extensão foi despertado. Todos os discentes se envolveram em projetos no decorrer do curso, essencialmente, no projeto de extensão do Perfil do curso no Instagram que será detalhado posteriormente, assim como no projeto Extensão Brasil e no Edital Aluno Extensionista, em 2020. Este último resultou em um evento on-line, organizado e mediado pelos discentes, o qual contou com a participação de 65 inscritos, sendo 26,2% da comunidade externa e os demais estudantes ou docentes do IFSC (figura 1):

Figura 1 – Roda de Conversa: Turismo em Florianópolis



Fonte: Elaborado por discentes extensionistas

Esse interesse despertado nos discentes dessa turma permite ler que eles compreenderam o quanto a troca de saberes com a comunidade externa importa na sua formação acadêmica.

Para a segunda turma, que ingressou em 2019, a UC Atividades de Extensão 1 foi planejada e executada a partir da avaliação da primeira turma, resultando em um formato de curricularização que permite uma primeira experiência prática dos discentes na extensão. Para essa turma, além da formação teórica e produção de projetos nos mesmos moldes da primeira oferta, a segunda etapa foi completada com a seleção de um dos projetos para a execução ainda no mesmo semestre letivo. O projeto escolhido para ser executado foi o vencedor de uma banca avaliadora, a qual todos os projetos escritos pelos estudantes na unidade curricular foram submetidos. Com a escolha / aprovação de um único projeto após a avaliação da banca, toda a turma se organizou para a realização do projeto vencedor, dividindo-se em equipes de tarefas nas áreas de infraestrutura, marketing e relações externas.

Assim, a terceira etapa foi a prática da realização de um projeto, englobando eventos e atividades menores. Esse projeto foi denominado “Turismo Cultural: misticismo na Ilha da Magia” (PJ402-2019), com a participação de 80 inscritos, teve a duração de 4 horas e foi realizado no Auditório do Campus Florianópolis-Continente. Durante o evento, palestrantes da comunidade externa que atuam na área do turismo, explorando o misticismo próprio do destino turístico, participaram de uma roda de conversas. Além disso, os discentes organizaram a mostra de artesanato, coquetel de boas-vindas e concurso fotográfico.

Como resultados positivos, os discentes apontaram que o curso de Gestão de Turismo por diversas vezes tem seu olhar de estudo direcionado às potencialidades e problemáticas relacionados à Florianópolis, sua cultura, diversidade de saberes e conhecimentos locais, instigando a comunidade estudantil na busca de novos conhecimentos e as interligando com as narrativas históricas e promovendo uma troca de experiência. Além disso, essa experiência contribuiu de modo amplo para a divulgação do segmento turístico místico/esotérico na região da Grande Florianópolis, aproximando a comunidade do debate e disseminação dos conhecimentos culturais desenvolvidos pelas comunidades tradicionais, bem como a produção artística alinhada ao tema proposto.

Nessa mesma turma de 2019, vários discentes participaram de outros projetos de extensão do IFSC (a serem detalhados no próximo item) durante o curso, podendo validar as 120h de prática extensionista. Dessa turma somente quatro alunos optaram por cursar a UC Atividades de Extensão 2, realizada durante o período de isolamento social em função da pandemia causada pela Covid-19. Em concordância com as docentes coordenadoras, eles optaram por escrever um projeto único, intitulado “Turismo em Pauta: debates sobre ações e formas de gestão” (PJ319-2021), o qual resultou em quatro eventos *online* via web conferência:

- Lançamento do livro “O Fantástico na Trilha de Santa Catarina: projetos de ensino para aulas de campo” de Isaac Ribeiro;
- “A importância da Inteligência Artificial na Hotelaria”, com Matheus Paiva e Carlos Teixeira;
- “Marketing Digital na Gestão de Destino Turístico”, com Thiago Akira; e
- “O papel do associativismo para o turismo sustentável na Ilha do Campeche/ Florianópolis-SC” com Cristiane Cardoso e Lindalva Pinho.

Todos esses eventos foram mediados pelos discentes da Unidade Curricular e alcançou um público externo de, aproximadamente, 50 participantes por evento. Durante os eventos on-line, houve participação do público interno e externo por meio do chat.

Figura 2 - Eventos do Projeto Turismo em Pauta

Fonte: Elaborado por discentes extensionistas

As temáticas abordadas contemplam áreas próprias da extensão como tecnologias, marketing e preservação do meio ambiente aplicadas ao escopo do CST em Gestão de Turismo e proporcionaram aos discentes a formação para além da sala de aula e à comunidade, a oportunidade de discutir na e com a academia assuntos relevantes para a prática do turismo sustentável e alinhado à era digital.

A turma que ingressou em 2020, também realizou as duas primeiras etapas da UC Atividades de Extensão 1 conforme as anteriores e a terceira etapa foi a produção de um projeto intitulado "A Mão Dupla do Turismo: A Comunidade e a Academia em Rodas de Conversa para Trocas de Experiências" (PJ016-2021), que resultou na realização de três eventos on-line, via web conferência devido às restrições causadas pela pandemia do COVID-19 com as seguintes temáticas:

- "Turismo Histórico em Florianópolis, muito além do Sol e Mar" com Isaac Ribeiro;
- "Hospedagem Segura em tempos de Pandemia", com Carla Lopes e Giovanna Bonelli;
- "As Diferentes Formas de Proporcionar Experiências Turísticas, com representantes da Gralha Azul Ecoturismo e Rodrigo Stupp, o guia manezinho da Ilha de Santa Catarina (figura 3):

Figura 3 - Eventos do Projeto A Mão Dupla do Turismo

Fonte: Elaborado por discentes extensionistas

Vale destacar que os três dias de evento receberam um número de inscritos significativo e diversificado visto que as temáticas despertaram o interesse de perfis distintos. No primeiro dia, o evento teve 34 inscritos, no segundo dia 42, e no terceiro dia, talvez diante da representatividade da figura pública e o apelo digital que o Guia Manezinho tem, o evento recebeu mais de 60 participantes.

Mesmo que a alternativa possível de práxis extensionista, durante o período da pandemia, tenha sido a realização de eventos on-line, ficou evidente a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na medida em que as temáticas escolhidas pelos discentes emergiram nos debates em grupos, durante a elaboração de projetos de extensão, por meio dos conhecimentos de sala de aula (ensino), coadunado com o olhar sobre o mundo do trabalho no entorno do IFSC durante o período da pandemia, a qual provocou a necessidade de criação de novos protocolos desconhecidos dos profissionais, dos visitantes da cidade e de toda a comunidade.

Outros dois debates deslocam o olhar dos discentes e dos visitantes da comunidade externa para destinos menos procurados, dando assim visibilidade para ofertas turísticas diversas. Esse fazer extensionista perpassou a pesquisa sobre esses temas e sobre profissionais da área que pudessem contribuir na troca de saberes, assim como promoveu a divulgação de conhecimentos produzidos no processo de aprendizagem, com a atuação de discentes e servidores e a participação da comunidade externa.

4.2 Atuação de discentes em outros projetos de extensão

Com a conclusão da UC Atividades de Extensão 1, para concluir a curricularização da Extensão, de acordo com o PPC do curso, conforme já mencionado, diversos estudantes de todas as turmas optaram por participar de projetos de extensão

devidamente cadastrados no IFSC e validar as 120h restantes para Atividades de Extensão 2 da sexta fase.

Nesse sentido, foi possível registrar a participação de estudantes em, pelo menos, dez projetos, sendo eles:

- 1) Extensão Brasil – DF 2018: 8 estudantes
- 2) Extensão Brasil – Chapecó 2019: 3 estudantes
- 3) Turismo Receptivo na Fortaleza de São José da Ponta Grossa / Parceria CT em Guia de Turismo - 2019: 5 estudantes
- 4) Equipe Censo IFSC 2020 Campus Continente: 4 estudantes
- 5) SNCT 2020 - Campus Florianópolis-Continente: 2 estudantes
- 6) Edital Aluno Extensionista – Reitoria - novembro e dezembro de 2020: 5 estudantes
- 7 e 8) Perfil do Instagram CST Gestão de Turismo como ferramenta de comunicação entre os alunos e integração com a comunidade (PJ201-2020 e PJ278-2020): 20 estudantes, atuando em períodos não simultâneos
- 9) A diversidade de oferta de Alimentos e Bebidas em meios de hospedagem com o foco em produtos locais (PJ 280-2020): 1 estudante
- 10) Edital Protagonismo discente (PROEX 14-2021): 5 estudantes

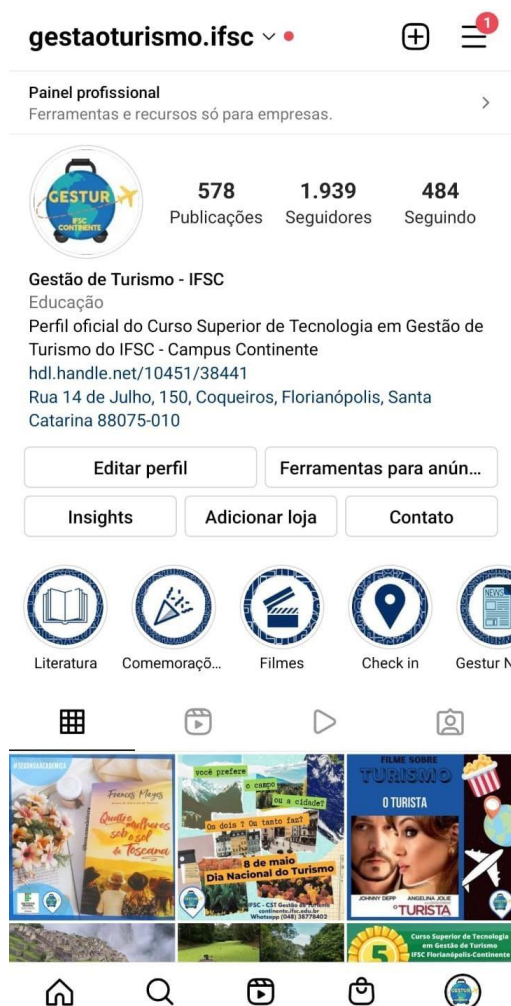
Destaca-se que, entre todas essas participações em outros projetos, a maior participação ocorreu nos Projetos de Criação e Gestão do Perfil do Instagram CST Gestão de Turismo (PJ201-2020 e PJ278-2020), também coordenados pelas autoras deste artigo, o que permite um detalhamento dessa práxis extensionista a seguir.

4.3 O projeto de Extensão: Criação e Gestão do Perfil da rede social Instagram para o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo

O Projeto de Extensão que gerencia o Perfil do Instagram do CST em Gestão de Turismo, como ferramenta de comunicação entre os alunos e integração com a comunidade (PJ201-2020 e PJ278-2020) surgiu em abril de 2020 como a criação e gestão do referido perfil e, em 2021, foi aprovado novamente em edital para a vigência de mais um ano. Nesta segunda edição, como o perfil já havia sido criado, o objetivo foi a gestão do perfil.

Em média, as equipes eram compostas por duas coordenadoras e mais cinco estudantes do curso por período, com carga horária semanal definida, até que completassem 120h e fossem substituídos por novos discentes.

Em uma primeira rodada de atividades, cada discente era responsável pela produção de um conteúdo por semana em formato de posts e comentários/legendas sobre temáticas assim distribuídas: a segunda-feira era dedicada à divulgação de livros e artigos científicos da área de turismo como dica de leitura; na terça-feira o tema era o “Check in Gestur”, no qual foram divulgados destinos turísticos; na quarta-feira foram divulgadas notícias sobre turismo no “Gestur News”; na quinta-feira foram publicadas curiosidades da área com o “Você Sabia?” e, por fim, na sexta-feira, dicas de filmes e documentários sobre destinos turísticos.

Figura 4 – Perfil do Instagram do CST em Gestão de Turismo

Fonte: Instagram (2022)

As temáticas e atividades do projeto se diversificaram ao longo dos dois anos. Nas temáticas semanais foram inseridos em revezamento com outros temas, o “Gestur em Conexão”, no qual são divulgados destinos, produtos e atividades turísticas de base comunitária do estado de Santa Catarina. Além desse tema, foram criados posts intitulados “Qual seu perfil?”, nos quais buscava-se a interação direta com o público/seguidores, com conteúdo sobre novos segmentos turísticos disseminados nas mídias, exemplificados com um destino de referência.

Foram produzidos também uma série de seis vídeos de “reels”, denominada “Volta a Ilha de Santa Catarina”, nos quais cada episódio mostrava os principais atrativos de uma região do município.

Além disso, se no início do projeto divulgava-se lives da área do turismo que começaram a surgir com muita frequência em 2020 - principalmente eventos virtuais promovidos por outras unidades curriculares do curso - no decorrer do processo, a equipe do projeto (docentes e discentes) também promoveu lives próprias com gestores públicos e privados da área do turismo com o objetivo de compartilhar conhecimentos.

A equipe de discentes também organizou e publicou vídeos produzidos por docentes do CST em Gestão do Turismo, nos quais as ementas das Unidades Curriculares eram explanadas.

Também, em termos de atividades, foi colocado no ar um canal no Spotify chamado “Gesturcast”, no qual, a cada mês, dois estudantes responsáveis por essa atividade, entrevistaram um professor do curso para relacionar o conteúdo de sua unidade curricular com o mercado de trabalho. Além disso, outros produtos resultantes deste projeto foram duas oficinas sobre produção de conteúdos e de podcast para redes sociais, oferecidas a novos discentes do curso.

E, por fim, de maneira simultânea às postagens do perfil, uma equipe decidiu trabalhar com a acessibilidade para as redes sociais e passou a fazer a descrição das imagens, permitindo que o público com essa necessidade possa ter acesso aos conteúdos. Essa ação é uma das comprovações da interdisciplinaridade no fazer extensionista.

Todas essas atividades extensionistas fomentaram a pesquisa e perpassaram o ensino em diversos momentos, resultando em uma formação discente crítica e trabalhando de forma indissociável a tríplice função das instituições de ensino superior.

Em números, o projeto por meio da criação e gestão de seu perfil no Instagram trouxe duas transferências externas para o curso, contribuiu para a curricularização da extensão de vinte estudantes, conquistou 1886 seguidores em dois anos que acompanham a produção de conteúdo na área de turismo.

Além disso, a equipe apresentou trabalhos em dois congressos acadêmicos, sendo que um deles resultou na publicação do resumo em um periódico.

Em termos qualitativos, o projeto proporcionou mais conhecimento sobre a área, tanto para os estudantes, quanto para a comunidade que acompanha os conteúdos, troca de experiências com outros cursos, contatos com profissionais e estudantes da área, oportunidades de trabalho e outras oportunidades de estudos. Para os discentes envolvidos no projeto, destaca-se também o aprendizado transversal no que se refere ao uso das ferramentas de tecnologia e mídia digital.

A experiência descrita reforça o que Negrini *et al.* (2021) afirmam sobre a extensão universitária ir além da questão técnica no aprendizado dos estudantes, possibilitando o desenvolvimento de distintas habilidades, contribuindo para a formação cidadã e para a reflexão de práticas educativas que colaborem com a sociedade.

Como uma referência na curricularização da extensão em cursos superiores, a coordenação de curso, também coordenadora do Projeto do Perfil do Instagram, foi chamada para palestrar em dois congressos, sendo um deles o Seminário Nacional de Curricularização da Extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (SENCE Rede Federal).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Curricularizar a extensão não é uma tarefa simples. Ao longo de todo século XX, no Brasil, não havia clareza teórica sobre extensão universitária, e a legislação foi construída muito lentamente. Porém, contemporaneamente, já se tem acesso a documentos que a instituem legalmente, bem como a muitos debates já realizados na FORPROEX, entre outras instâncias, que esclarecem o conceito, diretrizes, papéis dos atores envolvidos e tipologias de atividades.

Contudo, se o curso superior se propõe a formar cidadãos críticos, capazes de inferir nas demandas da sociedade, a extensão é essa possibilidade de trabalhar relações interpessoais, confrontando teoria e prática.

Aceitando como desafio a determinação legal (PNE, 2014-2024), o Projeto Pedagógico de CST em Gestão de Turismo do IFSC, já iniciou com a extensão curricularizada desde sua primeira turma que ingressou em 2018. Destaca-se que este

curso formou a primeira turma 100% curricularizada do Instituto Federal de Santa Catarina.

Por um lado, percebeu-se que a diversificação das possibilidades de envolvimento do estudante em projetos e atividades de extensão no decorrer do curso, permite que ele se envolva com temáticas com as quais se identifique, ou tenha interesse em aprender, estimulando a curricularização de maneira espontânea e eficiente. Além disso, a carga horária sendo contemplada antes da fase 6, na qual é ofertada a unidade curricular Atividades de Extensão 2, permite com que o estudante se dedique exclusivamente ao seu trabalho de conclusão de curso na última fase do curso.

Por outro lado, ao se curricularizar a extensão como UC nesse curso superior, instituiu-se para todos os atores envolvidos no processo a troca de conhecimento, o que pode gerar inúmeros benefícios para todos os lados.

A comunidade do entorno do IFSC, campus Florianópolis-Continente, vivencia as demandas das atividades de turismo e busca propostas para resolver seus problemas. Os discentes buscam o desenvolvimento do conhecimento técnico, tecnológico, científico, assim como conhecer problemas demandados pela sociedade. Os docentes, junto com os discentes do curso também buscam ressignificar os conteúdos ensinados a partir desse confronto entre teoria e prática, proporcionados pelas práxis extensionista. Nessa interação dialógica entre discentes/docentes/comunidade, promovida por meio dos eventos, dos produtos, das formações em extensão, tanto nas Unidades Curriculares, quanto em outros projetos do IFSC, essa tríade de atores percebeu a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A interdisciplinaridade ficou evidente nos debates realizados sobre temáticas diversas, com convidados externos que ora foram profissionais do turismo, ora foram docentes, ora pertencem a associações da comunidade. Assim como, as atividades desenvolvidas na gestão do perfil Instagram também promoveram a confluência de todos as áreas de conhecimentos desenvolvidas no curso.

Nas avaliações realizadas com os discentes pós-eventos e ao final de cada projeto, evidenciou-se o impacto na sua formação no sentido de as atividades terem possibilitado a interação entre discentes e profissionais e empresas da área, além de ter aproximado os alunos de ferramentas úteis no mundo do trabalho.

Quanto aos impactos na comunidade, destacam-se as temáticas de eventos, e conteúdos divulgados na rede social Instagram que dão visibilidade para a comunidade, suas histórias, os saberes orais, os aspectos culturais e históricos, que contribuem para o fortalecimento da discussão em torno da regionalização turística, para a promoção de novos atrativos a serem visitados, fugindo do habitual vínculo praiano e sazonal do destino turístico que está no entorno da instituição acadêmica. Outra temática debatida em mais de um evento traz à tona uma preocupação permanente da comunidade externa, o turismo sustentável, possibilitando reflexões sobre formas de gestão.

Outro aspecto positivo das atividades extensionistas desenvolvidas foi a maior visibilidade do CST em gestão de Turismo, do Campus Florianópolis-Continente e do próprio IFSC, valorizando suas ações junto à comunidade interna e externa à Instituição, bem como possibilitou o ingresso de novos interessados na formação acadêmica na área do turismo que o câmpus oferece.

Sabe-se que os desafios e aprendizados estão longe de serem cessados, mas acredita-se que a partir da avaliação contínua da práxis extensionista, pautada no que estabelece a legislação, poderá proporcionar uma educação superior de qualidade que se faça próxima da comunidade externa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências. Brasília: 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 13 ago. 2014.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 13.005, 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 17 abr. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da União, de 23/12/1996.

BRASIL. Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 18 fev. 2022.

BRASIL. Lei Nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 fev. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014 - 2024 e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 18 fev. 2022.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. Constituição da República Federativa do Brasil. Atualizada até a Emenda Constitucional n.38, de 12 de junho de 2002. Brasília: Diário Oficial da União, de 05/10/1988.

BRASIL. Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 fev. 2022.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2022.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Indissociabilidade Ensino–Pesquisa–Extensão e a Flexibilização Curricular: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESU, 2006. (Coleção Extensão Universitária; v.4).

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. Resolução CONSUP Nº 40, de 29 de agosto de 2016. Aprova as diretrizes para inclusão das atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação do IFSC e dá outras providências. Disponível em: http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/consup_resolucao40_2016_curriculariza%C3%A7ao_extens%C3%A3o.pdf. Acesso em: 18 fev. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. Resolução CONSUP Nº 61, de 12 de dezembro de 2016. Regulamenta as Atividades de Extensão no IFSC. Disponível em: <https://curricularizacaoaextensao.ifsc.edu.br/files/2020/03/Resolu%C3%A7%C3%A3o-61-2016-extensao.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2022.

JULIANI, Douglas Paulesky. Formação de Extensionistas: construção coletiva de Projeto de Curso com base na inovação social. **Revista Conexão UEPG**, vol. 15, núm. 3, pp. 310-316, 2019. Universidade Estadual de Ponta Grossa.

KOGLIN, T. S. da S.; KOGLIN, J C. de O. A Importância da Extensão nas Universidades Brasileiras e a Transição do Reconhecimento ao Descaso. 2019. **Revista de Extensão Universitária** v. 10, n. 2, p. 71-78, mai.–ago. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/10658> . Acesso em: 15 fev. 2022.

NEGRINI, M.; RIBEIRO, M.S.; SILVA, W.M.; MACHADO, T. Projeto de Extensão em Pauta TV UFPel: um agente facilitador para os processos comunicacionais entre a universidade e a sociedade. **Revista Extensão em Foco**. Palotina, n. 24, p. 48 - 62, ago./dez. 2021.

NOGUEIRA, M. D. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2005.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org). **Extensão Universitária**: diretrizes conceituais e políticas – Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000. Belo Horizonte: PROEX/UFMG: O Fórum, 2000.

REIS, Y.A.L; SARTI, R. Extensão universitária: As concepções em ações orquestradas por licenciandos. **Revista Extensão em Foco**. Palotina, n. 26, p. 74 -91, jan./jul. 2022.

SANTOS, M. P. dos. Contributos da extensão universitária brasileira à formação acadêmica docente e discente no século XXI: um debate necessário. **Revista Conexão**. Ponta Grossa, v. 6, n. 1, 2010.

SILVA, R. F.; ROSA, M. M. C. S. Extensão universitária no currículo das licenciaturas: inovação e relação de sentido. **Olhar de professor**. Ponta Grossa, v. 14, n. 2, p. 371-380, 2011.

Recebido em: 18 de março de 2022.

Aceito em: 20 de junho de 2022.